ANÁLISE DO PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Edson Guimarães dos Santos Filho[1];
Marcia Regina Silva do Vale[2]; Raphaela dos Santos Gonçalves[2]; Camilla Santos Lima[2].

[1] Aluno de Licenciatura em Educação Especial e bolsista do PIBID-Unisanta;
[2] Equipe de Coordenação do PIBID-Unisanta.

RESUMO

Em resumo, a família na contemporaneidade foi marcada por sua diversidade, flexibilidade e habilidade em se adaptar às transformações sociais. As estruturas familiares variaram consideravelmente, permitindo aos seus membros uma maior autonomia na tomada de decisões e na configuração de seus arranjos. Além disso, a escola desempenhou um papel cada vez mais crucial na interação com as famílias, particularmente no que diz respeito ao suporte às crianças com necessidades especiais. Essa pesquisa teve como objetivo investigar o papel da família no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência, sem desconsiderar o contexto contemporâneo em que estávamos inseridos. O objetivo foi aprofundar a compreensão sobre como as famílias, independentemente de suas configurações, estavam envolvidas nesse processo. O planejamento da inclusão e do atendimento educacional especializado foi uma responsabilidade compartilhada entre a escola e a família, assegurando o suporte necessário para a locomoção e permanência do aluno na unidade escolar, seja durante o horário regular de aulas ou em atividades adicionais. A pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas com famílias de alunos que recebiam Atendimento Educacional Especializado em escolas municipais de Santos, participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, vinculado à Licenciatura em Educação Especial da Universidade Santa Cecília. Os resultados desta pesquisa evidenciaram a importância da colaboração entre profissionais de Educação Especial e famílias no desenvolvimento acadêmico e autônomo dos alunos incluídos.

Palavras-chave: PIBID; Educação Especial; Inclusão; Família; Escola.

ABSTRACT

In short, the contemporary family was marked by its diversity, flexibility and ability to adapt to social transformations. Family structures varied considerably, allowing their members greater autonomy in making decisions and configuring their arrangements. Furthermore, schools played an increasingly crucial role in interacting with families, particularly with regard to supporting children with special needs. This research aimed to investigate the role of the family in the process of school inclusion of students with disabilities, without disregarding the contemporary context in which we were inserted. The objective was to deepen understanding of how families, regardless of their configurations, were involved in this process. Planning inclusion and specialized educational assistance was a responsibility shared between the school and the family, ensuring the necessary support for the student's movement and stay at the school unit, whether during regular class hours or in additional activities. The research was conducted through interviews with families of students who received Specialized Educational Assistance in municipal schools in Santos, participants in the Institutional Teaching Initiation Scholarship Program, linked to the Degree in Special Education at Universidade Santa Cecília. The results of this research highlighted the importance of collaboration between Special Education professionals and families in the academic and autonomous development of the included students.

Keywords: PIBID; Special education; Inclusion; Family; School.

INTRODUÇÃO

O papel da família é fundamental nesta pesquisa, uma vez que está relacionada à educação especial. A inclusão escolar de alunos especiais representa um desafio significativo tanto para as escolas quanto para as crianças. Para compreender esse cenário, é crucial analisar a configuração atual das famílias, que não se caracteriza mais pela estrutura patriarcal tradicional, na qual o homem era responsável pelo sustento enquanto a mulher cuidava do lar. Conforme apontado por Salvador Minuchin, Michael P. Nichols e Wai-Yung Lee (2009), a família é um sistema complexo de organização, moldado por crenças, valores e práticas que se adaptam às transformações da sociedade, visando à melhor sobrevivência de seus membros e da instituição como um todo.

Na sociedade pós-moderna em que vivemos, as relações afetivas são fluidas, conforme destacado por Zygmunt Bauman (2021) ao descrever nossa época como "tempos líquidos", nos quais nada é permanente. Nesse contexto, uma sociedade que deixa de questionar corre o risco de não encontrar respostas para os desafios que enfrenta. Os tempos líquidos caracterizam-se pela constante mutação, assim como a água, e demandam uma capacidade de adaptação e flexibilidade cada vez maior.

A pesquisa se concentra em investigar o papel da família, tanto em sua estrutura como nos cuidados dispensados à criança e/ou adolescente com deficiência. O processo de inclusão e atendimento educacional especializado é cuidadosamente planejado pela escola, com a participação ativa da família, garantindo o suporte legal para a locomoção e permanência do aluno na unidade escolar, seja durante o horário regular de aulas ou em atividades complementares.

Desde o planejamento até a implementação e práticas pedagógicas adotadas pela escola, a participação da família é crucial para promover o desenvolvimento e a integração social adequada das crianças e adolescentes com deficiência. Ao examinar o papel dessas famílias em três escolas da rede municipal de Santos, no estado de São Paulo, buscamos contribuir para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos e promover seu bem-estar emocional ao interagirem na sociedade para além do ambiente escolar.

A pesquisa foi realizada nas escolas onde ocorria o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de Educação Especial, utilizando um questionário estruturado com perguntas de múltipla escolha direcionadas às crianças atendidas nas salas de Atendimento

Educacional Especializado (AEE) das escolas A, B e C. O período de coleta de dados abrangeu dezoito meses, durante os quais o pesquisador esteve integrado ao projeto.

Quando um aluno com deficiência possui um laudo, os pais são convocados e é oferecido atendimento no contraturno na sala de AEE. Nesse momento, a professora responsável por essa sala conduz uma anamnese para obter mais informações sobre a criança que será atendida. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) define pessoa com deficiência como aquela que possui impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Esse conceito encontra-se expresso no artigo 1º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 2006.

A inclusão na Educação Especial visa criar condições adequadas para que os estudantes com deficiências possam participar plenamente da vida escolar, recebendo os apoios necessários para alcançar seu máximo potencial. Em vez de segregá-los em escolas ou classes especiais, o objetivo é promover sua participação ativa nas escolas regulares.

A definição de inclusão de alunos com deficiência pode variar conforme os autores e as perspectivas teóricas adotadas. No contexto da educação e inclusão de alunos com deficiência, algumas definições propostas por diferentes autores podem ser consideradas.

Cláudia Werneck (1999) afirma que a inclusão é a convivência de todos, com e sem deficiência, respeitando as diferenças, aprendendo e crescendo juntos. Ela destaca a importância de promover a inclusão não apenas nas escolas, mas também na sociedade como um todo, valorizando a diversidade e combatendo a exclusão social.

A autora Beth Paiva (2009) enfatiza que a inclusão é um processo que busca assegurar a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. Ela destaca a importância de reconhecer e valorizar as características e necessidades individuais de cada aluno, adaptando o ambiente educacional e os recursos pedagógicos para atender a todos de forma equitativa.

Essas são apenas algumas definições de inclusão propostas por autores que atuam no campo da educação inclusiva. Cada autor enfatiza aspectos diferentes, mas todos compartilham a visão de que a inclusão implica na valorização da diversidade, na promoção do acesso igualitário e na garantia da participação plena de todos os alunos, independentemente de suas diferenças ou necessidades.

A inclusão não se restringe apenas à presença física dos alunos na escola, mas também abrange a promoção de interações sociais positivas e o reconhecimento da diversidade. O

objetivo é criar um ambiente inclusivo no qual todos os estudantes se sintam respeitados, valorizados e capazes de contribuir para o aprendizado coletivo.

A inclusão na Educação Especial visa também combater estigmas e preconceitos associados às deficiências, promovendo uma cultura de respeito, aceitação e igualdade. Além disso, é crucial ressaltar que a inclusão não se limita apenas aos alunos com deficiência, mas engloba todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, origem étnica, religião, gênero ou orientação sexual.

A efetiva implementação da inclusão na Educação Especial requer o comprometimento e a colaboração de toda a comunidade escolar, incluindo professores, diretores, funcionários, famílias e os próprios alunos. Trabalhando em conjunto, é possível criar ambientes educacionais mais inclusivos, nos quais todos tenham a oportunidade de aprender, crescer e alcançar seu pleno potencial.

Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), reconhecida como uma das principais especialistas em inclusão no Brasil, é autora de obras como "Inclusão Escolar: O Que É? Por Quê? Como Fazer?" e "Ensaios Pedagógicos: Como Construir a Inclusão Escolar?". Ela discute tanto aspectos teóricos quanto práticos da inclusão e apresenta propostas para promover uma educação inclusiva de qualidade.

Outra autora que se destaca na preocupação com a relação entre família e escola da criança deficiente é Marta Gil (2008), autora dos livros "Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar" e "Inclusão Escolar e Deficiência Mental". Ela aborda a inclusão escolar sob a perspectiva das práticas culturais e cotidianas das escolas, enfatizando a importância da valorização da diversidade e da construção de ambientes inclusivos em colaboração com os familiares das crianças.

Esses são apenas alguns exemplos de autores brasileiros que contribuem significativamente para o campo da inclusão de alunos com deficiência na educação. Cada um oferece perspectivas e abordagens únicas, fornecendo insights valiosos sobre a temática da inclusão e sua relação com as famílias dos alunos.

OBJETIVOS

a. Objetivo geral

Esta pesquisa inovadora teve como objetivo geral compreender o papel da família no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência. Isso envolveu uma análise de como a família estava envolvida no planejamento e implementação de programas de inclusão, bem como o impacto da participação da família na melhoria do desempenho acadêmico e emocional dos alunos com deficiência.

b. Objetivos específicos:

- Conhecer as famílias que cuidam das crianças e compreender suas perspectivas sobre a deficiência;
- Entender as dificuldades sociais e pedagógicas enfrentadas por essas famílias;
- Avaliar a contribuição do PIBID para as crianças e suas famílias;

METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa voltada aos pais dos alunos com deficiência, a coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, conforme descrito por Collado, Sapieri e Lucio (2006), utilizando o sistema online Google Forms ou diretamente na escola, no momento da entrada ou saída dos pais. O questionário foi elaborado com o intuito de compreender as dificuldades enfrentadas pelos pais, visando auxiliar na elaboração de abordagens alternativas de trabalho com a família. Tanto os pais quanto as mães tiveram a oportunidade de responder ao questionário, assim como padrastos e madrastas que cuidassem da criança e/ou adolescente e acompanhassem sua trajetória escolar.

Dessa forma, optamos por utilizar a pesquisa de campo, que era uma metodologia científica que envolvia a coleta direta de dados no ambiente real em que ocorria o fenômeno em estudo. Tratava-se de um método utilizado para obter informações e compreender aspectos específicos de um determinado contexto, como comunidades, organizações, ecossistemas, entre outros.

De acordo com Severino (2010), na pesquisa de campo, o pesquisador vai ao local onde ocorrem os eventos ou fenômenos que deseja investigar. Ele pode utilizar diferentes técnicas para coletar dados, como entrevistas, questionários, observações diretas, medições, registros fotográficos, entre outros.

Essa abordagem permite ao pesquisador obter informações detalhadas e contextualizadas sobre o objeto de estudo, proporcionando uma compreensão mais completa e aprofundada dos

fenômenos observados. Ao realizar a pesquisa de campo, o pesquisador tem a oportunidade de interagir diretamente com as pessoas ou o ambiente estudado, coletar dados em tempo real e obter insights que podem não ser acessíveis por meio de outras metodologias.

É importante destacar que esta pesquisa de campo requereu um planejamento cuidadoso, incluindo a definição dos objetivos, a seleção de técnicas adequadas de coleta de dados, a obtenção de autorizações necessárias (se aplicável), o respeito aos princípios éticos e a análise rigorosa dos dados coletados.

A pesquisa de campo é uma abordagem ampla e interdisciplinar, embasada por diversos autores e teóricos, dependendo da área de estudo e do contexto específico da pesquisa. Alguns dos principais autores que contribuíram para a fundamentação da pesquisa de campo em diferentes disciplinas são Clifford Geertz (1981) antropólogo cultural influente, que desenvolveu a abordagem da descrição densa, enfatizando a interpretação e a compreensão dos significados culturais; e Pierre Bourdieu (2019) sociólogo francês, que enfatizou a importância da pesquisa de campo para a análise das relações sociais e das estruturas de poder, incluindo a observação direta e a interação com os participantes da pesquisa para identificar os campos sociais, as práticas culturais e as formas de dominação simbólica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da nossa pesquisa são significativos, considerando que conseguimos entrevistar quarenta famílias, incluindo pais, mães, padrastos e madrastas, ou seja, aqueles que desempenham o papel de cuidadores das crianças.

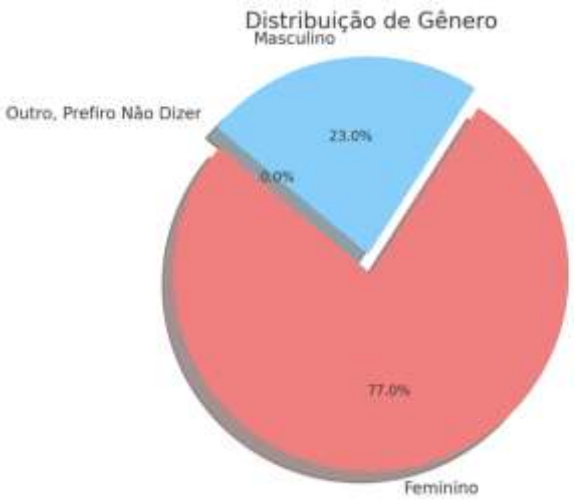

Figura 1: Qual o seu gênero?

Gráfico de pizza representando a distribuição de gênero com 77% feminino, 23% masculino e 0% para outro ou preferem não dizer. O fator feminino no acompanhamento das crianças é um fator predomina no ensino fundamental.

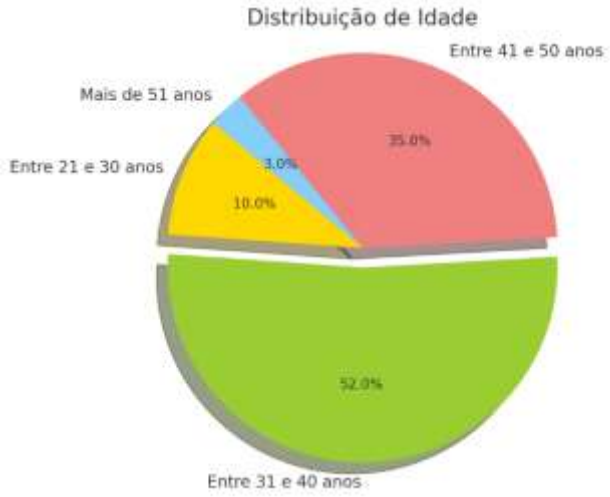

Figura 2: Qual a sua idade?

Gráfico de pizza mostrando a distribuição de idade, com destaque para o grupo entre 31 e 40 anos, que representa 52% da amostra. Os outros grupos estão distribuídos com 10% entre 21 e 30 anos, 35% entre 41 e 50 anos, e 3% com mais de 51 anos.



Figura 3: Qual a deficiência do seu filho?

O gráfico acima apresenta a distribuição das deficiências relatadas pelos participantes para seus filhos.

- Autismo: É a condição mais comum entre as opções, representando 62% dos casos. Este grupo é destacado no gráfico para ressaltar sua significativa prevalência.
- TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade): Representa 12% dos casos, mostrando ser uma condição também presente, mas menos frequente em comparação ao autismo.
- Deficiência Intelectual: Compreende 8% dos casos, indicando ser menos comum entre as condições listadas.
- Outras: Representa 18% dos casos, abrangendo uma variedade de outras deficiências não especificadas individualmente.

Essa distribuição destaca o autismo como a deficiência mais reportada entre os filhos dos participantes da pesquisa.



Figura 4: Qual a faixa salarial da família do aluno?

O gráfico acima mostra a distribuição das faixas salariais das famílias dos alunos, com os seguintes destaques:

- Até um salário-mínimo: Representa 12% das famílias, indicando um segmento com menor renda.
- Dois salários-mínimos: Compreende 27% das famílias, mostrando ser uma faixa significativa.
- Três salários-mínimos: É a faixa mais prevalente, com 43% das famílias se encaixando nesta categoria. Este segmento é destacado para ressaltar sua predominância.
- Mais de três salários-mínimos: Abrange 18% das famílias, representando aquelas com maior renda na amostra.

Este levantamento destaca que a maioria das famílias dos alunos se enquadra na faixa de três salários-mínimos, evidenciando uma concentração de renda neste grupo.

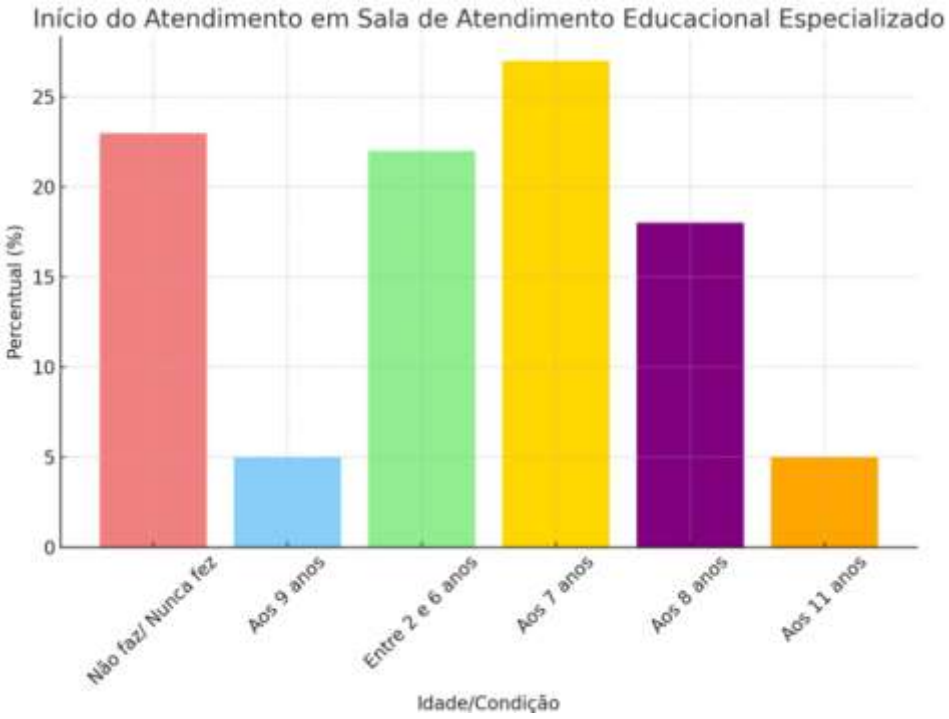

Figura 5: Em que ano a criança começou o atendimento em sala de AEE na escola?

Este gráfico de barras mostra em que idade as crianças começaram o atendimento em sala de atendimento educacional especializado na escola, junto com a porcentagem que não faz ou nunca fez esse tipo de atendimento:

- Não faz ou nunca fez: 23% das crianças nunca participaram desse tipo de atendimento.
- Aos 9 anos: 5% começaram nessa idade.
- Entre 2 e 6 anos: 22% das crianças iniciaram o atendimento nesta faixa etária, indicando um começo relativamente precoce na busca por apoio educacional especializado.
- Aos 7 anos: A maior porcentagem, com 27%, iniciou o atendimento aos 7 anos.
- Aos 8 anos: 18% das crianças começaram o atendimento nessa idade.
- Aos 11 anos: 5% começaram o atendimento aos 11 anos.

É interessante notar que uma parcela considerável das crianças começa o atendimento especializado em idades que correspondem ao início e ao decorrer do ensino fundamental, com um pico aos 7 anos. A informação de que ninguém começou no primeiro ano de vida reforça a

noção de que o atendimento especializado tende a começar juntamente com a entrada da criança na educação formal.

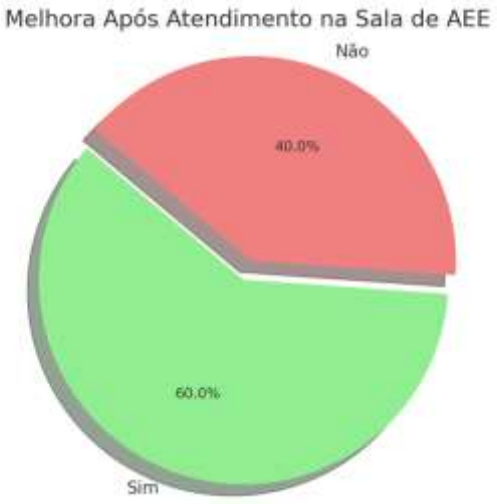

Figura 6: Após o atendimento na sala de AEE, a criança obteve melhora?

Este gráfico de pizza ilustra a percepção de melhora após o atendimento na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE):

- Sim: Uma maioria significativa, 60%, das crianças teve uma percepção de melhora após o atendimento, indicando o impacto positivo que esses serviços podem ter.
- Não: Por outro lado, 40% das crianças não perceberam melhora após o atendimento, o que sugere a necessidade de avaliar e, possivelmente, ajustar as estratégias de intervenção para esses casos.

Esses resultados sublinham a importância do atendimento especializado na educação, além de ressaltar a variabilidade nas respostas individuais ao suporte educacional.



Figura 7: Quem participa das atividades escolares com a criança?

Este gráfico de pizza detalha quem participa das atividades escolares com a criança, como apresentações, festividades e conversas com os professores:

- Mãe: A maior parte, 67%, indicando que as mães são as principais acompanhantes das crianças em atividades escolares, ressaltando o papel ativo das mães na educação dos filhos.
- Pai: Apenas 3%, mostrando uma participação bastante limitada dos pais nessas atividades.
- Ambos: Em 25% dos casos, tanto o pai quanto a mãe estão envolvidos juntos, evidenciando a importância da participação familiar conjunta.
- Outros: 5% indicam a presença de outros membros da família ou responsáveis nessas atividades escolares.

Este resultado sublinha o papel predominante das mães nas interações escolares, mas também destaca a importância da participação conjunta dos pais e de outros familiares no apoio à educação das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, é fundamental compreender que a inclusão de alunos com deficiência vai além de simplesmente colocá-los em uma sala de aula regular; trata-se de garantir que eles tenham acesso às condições necessárias para participar plenamente das atividades escolares. Isso

envolve a implementação de recursos de acessibilidade, materiais adaptados, estratégias pedagógicas diferenciadas e apoio individualizado, conforme exigido por cada aluno.

A inclusão de alunos com deficiência na Educação Especial não apenas beneficia esses estudantes, permitindo-lhes desenvolver seu potencial máximo, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Esse processo promove a valorização da diversidade e o respeito às diferenças, fundamentais para o fortalecimento do tecido social.

Um dos achados da nossa pesquisa revela que, no contexto do Ensino Fundamental I, a maioria das crianças com deficiência recebe acompanhamento majoritariamente (mais de 60%) por suas mães. Essas responsáveis não apenas cuidam de suas necessidades diárias, mas também se encarregam de levá-las ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual é oferecido no período oposto ao de sua matrícula regular.

Nesse contexto, a pesquisa destaca a necessidade de preparo por parte dos docentes para enfrentar os desafios que se estendem também às famílias dos alunos com deficiência. Os pais dos alunos atendidos nas três escolas participantes do projeto PIBID e nas salas de atendimento educacional especializado são fundamentais para compreender e abordar efetivamente as demandas dessa inclusão, e sua participação enriquecerá significativamente os resultados desta pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

BAUMAN, Zygmunt e RAUD, Rein. A individualidade numa época de incertezas. Rio de Janeiro: Azhar, 2018. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.

BECK, Ulrich; RAUD, Rein. A Individualização: Numa Época de Incertezas. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.

BOURDIE, Pierre. A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica. São Paulo: Bertrand Brasil, 2019. Tradução de Maria Helena Kuhma.

CAPOVILLA, Fernando. Pesquisa e desenvolvimento de novos recursos tecnológicos para educação especial: boas novas para pesquisadores, clínicos, professores, pais e alunos. Em Aberto, v. 13, n. 60, 1993.

CARVALHO, Edgard de Assis. Enigmas da Cultura, São Paulo: Cortez, 2003.

DE FARIAS, Isabel Maria Sabino; ROCHA, Cláudio César Torquato. PIBID: uma política de formação docente inovadora?. Revista Cocar, v. 6, n. 11, p. 41-50, 2012.

DE INICIAÇÃO, Programa Institucional de Bolsa à Docência–PIBID. Diário Oficial da, 2009.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1981. Tradução de Fanny Wrobel.

GLAT, Rosana (org.). Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GLAT, Rosana. Inclusão escolar e Deficiência Escolar. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. Revista Inclusão, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Ensaios Pedagógicos: como construir a inclusão escolar. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Inclusão Escolar: o que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2002.

MINUCHIN, Salvador; LEE, Wai-Yung; NICHOLS, Michael P. Famílias e Casais: Do Sistema ao Sistema. Porto Alegre: Artmed, 2009. Tradução de Jorge Melo Dellamora.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. Cadernos de história da educação, v. 7, 2008.

NEITZEL, Adair; FERREIRA, Valéria; COSTA, Denise. Os impactos do Pibid nas licenciaturas e na educação básica//The impacts of Pibid in licensure and in Basic Education. 2013.

PAIVA, Lucélia Elizabeth. Cuidados Paliativos: discutindo a vida, a morte e o morrer. São Paulo: Atheneu, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2017.

SOCZEK, Daniel. PIBID como Formação de Professores: reflexões e considerações preliminares. Formação Docente–Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 3, n. 5, p. 57-69, 2011.

WERNWCK, Claudia. Sociedade Inclusiva: quem cabe no seu todos? São Paulo: UNESP, 1999.